



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

Aos 11 dias do mês de junho de 2013, pelas 18:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações e outros assuntos;
2. Debate do Projeto de Resolução n.º 706/XII Orientações relativas à negociação do Acordo de Parceria a celebrar entre Portugal e a Comissão europeia no âmbito do Quadro Estratégico Comum Europeu 2014-2020 (PSD e CDS-PP)
3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias
  - a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 96/53/CE do Conselho, de 25 de julho de 1996, que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade [COM(2013)195] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas
  - b) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa a uma posição da União Europeia no que respeita ao Regulamento Interno do Comité APE, do Comité de Cooperação Aduaneira e do Comité conjunto de desenvolvimento previstos no Acordo Provisório que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro [COM(2013)86] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas
  - c) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Protocolo que altera o Acordo sobre Contratos Públicos [COM(2013)143] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas
  - d) PACOTE DA SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DO MERCADO: Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à fiscalização do mercado de produtos e que altera as Diretivas 89/686/CEE, 93/15/CEE, 94/9/CE, 94/25/CE, 95/16/CE, 97/23/CE, 1999/5/CE, 2000/9/CE, 2000/14/CE, 2001/95/CE, 2004/108/CE, 2006/42/CE, 2006/95/CE, 2007/23/CE, 2008/57/CE, 2009/48/CE, 2009/105/CE, 2009/142/CE e 2010/65/UE do Conselho, e os Regulamentos (UE) n.º 305/2011, (CE) n.º 764/2008 e (CE) n.º 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)75] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas
4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
  - a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação e a Formação Policial (Europol) e que revoga as Decisões 2009/371/JAI e 2005/681/JAI [COM(2013)173] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
  - b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à promoção da livre circulação dos cidadãos e das empresas através da simplificação da aceitação de certos documentos públicos na União Europeia e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

[COM(2013)228] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

c) LIVRO VERDE - Preparação para um mundo audiovisual plenamente convergente: crescimento, criação e valores [COM(2013)231]

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Painel da Justiça na UE: Um instrumento para promover uma justiça efetiva e o crescimento económico [COM(2013)160]

e) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a aceitação da alteração dos artigos 25.º e 26.º da Convenção relativa à Proteção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiras e dos Lagos Internacionais [COM(2013)239]

5. Apreciação e votação da Ata n.º 117/XII relativa à reunião de 4 de junho de 2013.

---

#### 1. Informações e outros assuntos;

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), iniciou a reunião, informando que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia se deslocará a Lisboa no dia 17 de junho e que demonstrou interesse em reunir com a Comissão. Atendendo a que se trata de uma segunda-feira, o Sr. Presidente sugeriu que fosse concedida uma audiência pelas 16h00 e, tendo esta sugestão merecido o acordo da comissão, solicitou aos Grupos Parlamentares que indicassem um Deputado para estar presente.

De seguida, o Sr. Presidente informou que a reunião de preparação da COSAC tinha sido reagendada para o dia 14 de junho, pelas 9h30.

Relativamente à próxima reunião ordinária da Comissão, o Sr. Presidente recordou que de acordo com os agendamentos decididos na última Conferência de Líderes, realizar-se-á uma sessão plenária na tarde de 18 de junho (terça-feira), pelo que a reunião da Comissão terá de ser em outro horário. Contudo, existe uma iniciativa [COM(2013)207 – Divulgação de informações não financeiras e sobre a diversidade por parte de certas grande sociedades e grupos], cujo prazo de 8 semanas termina nesse dia, pelo que colocou à consideração da comissão três possibilidades de



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

realização da reunião: (i.) o agendamento no dia 18 de junho (terça-feira), de manhã; ou (ii.) o agendamento da reunião da CAE no dia 18 de junho (terça-feira), após plenário; ou (iii.) o agendamento de reunião para aprovação do parecer no dia 18 imediatamente antes do plenário e reunião ordinária no dia 19 (quarta-feira de manhã). A Comissão acordou que seria preferível reunir após o plenário na terça-feira, dia 18 de junho.

#### **2. Debate do Projeto de Resolução n.º 706/XII Orientações relativas à negociação do Acordo de Parceria a celebrar entre Portugal e a Comissão europeia no âmbito do Quadro Estratégico Comum Europeu 2014-2020 (PSD e CDS-PP)**

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) apresentou sucintamente o projeto de resolução, bem como o enquadramento que esteve subjacente à sua apresentação e à baixa à comissão para discussão. Mostrou ainda total disponibilidade para, na sequência dos contributos verbais apresentados em plenário, acolher contributos de todos os Grupos Parlamentares, que possam melhorar o texto. Nesse sentido, apresentou um conjunto de propostas de alterações ao texto inicial, com vista a referir a Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, entretanto aprovada sobre o mesmo assunto e a corrigir alguns aspetos não tão conseguidos na versão inicial. A finalizar, o Sr. Deputado informou que o Grupo Parlamentar do PSD se encontrava disponível para adiar este debate para permitir a apresentação de outras propostas de alteração e para análise das apresentadas pelo PSD.

A Sra. Deputada Maria Helena André (PS) começou por referir que a aprovação pelo Conselho de Ministros de uma Resolução sobre esta matéria, torna a Resolução da Assembleia da República um pouco redundante, contudo não pode deixar de considerar interessante que a grande diferença entre o texto proposto pelo PSD e CDS-PP e a Resolução do Governo prende-se com, esta última, referir a Reforma do Estado enquanto um dos objetivos transversais mais relevantes. A Sra. Deputada considerou ainda esta matéria muito relevante e que, apesar de existir uma resolução do Governo, tal não deverá impedir a Assembleia da República de aprovar o seu próprio texto, no entanto, considerou que o debate deverá ser mais aprofundado. Consequentemente, o Grupo Parlamentar do PS propôs que fossem realizadas um



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

conjunto de audições, por um lado, com o Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e, por outro lado, com os parceiros sociais com assento na Concertação Social.

O Sr. Presidente da Comissão aproveitou para informar que existe uma disponibilidade de princípio por parte do Sr. Ministro para vir à Comissão.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) sublinhou que a Assembleia da República não deve ficar refém das posições do Governo, o que não significa qualquer oposição à realização das audições propostas, designadamente, a do Sr. Ministro. Recordou, a propósito, que o Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional se encontrava em audição na Comissão de Economia e Obras Públicas, pelo que poder-se-ia ter agendado uma audição conjunta. A concluir, referiu que o PSD concorda com as audições, desde que possam ser realizadas proximamente e que o debate do projeto de resolução ocorra até ao final de junho.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) começou por referir que a aprovação de uma resolução pela Assembleia da República é um ato importante de afirmação política da mesma forma que uma das principais funções é a fiscalização do Governo. Assim, considerou que não basta discutir, mas deve existir uma preocupação de influenciar o Governo. Finalmente, concordou com as alterações propostas pelo PSD, bem como com a realização das audições propostas pelo PS.

A Sra. Deputada Maria Helena André (PS) considerou que seria importante a troca de ideias com os parceiros sociais (CGTP-IN, UGT, CAP; CIP, CCP, CPT) antes do debate propriamente dito em comissão. De igual modo, considerou que poder-se-iam convidar outras comissões, interessadas nesta matéria, a estarem presentes.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) suscitou algumas dúvidas sobre o tempo de duração de cada audição, enquanto o Sr. Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) expressou algumas reservas sobre a exequibilidade destas audições.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

A Sra. Deputada Maria Helena André (PS) começou por referir que existe a prática na Comissão de Trabalho e Segurança Social de ouvir os parceiros sociais em audições sucessivas e considerou ainda que 45 minutos para cada um deles seria o mínimo para perceber as suas posições.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) considerou complicado conciliar a agenda do Sr. Ministro com a vontade de debater este projeto de resolução antes do final de junho.

O Sr. Presidente da Comissão, atendendo aos diversos contributos, solicitou que fossem sendo tomadas posições sobre o melhor momento para a realização das audições e para quando o agendamento do debate.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) sugeriu que poderia ser considerada a possibilidade de solicitar uma pronúncia escrita aos parceiros sociais.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) discordou da proposta, por considerar que a audição é mais rica que a pronúncia escrita e que o importante é favorecer e melhorar o projeto de resolução.

O Sr. Presidente da Comissão sugeriu então que fossem agendadas para dia 19 de manhã as audições dos parceiros sociais com assento na Concertação Social e comprometeu-se em contactar o gabinete do Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional com vista a agendar proximamente uma audição. O debate do projeto de resolução será reagendado após estas diligências.

### **3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias**

- a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 96/53/CE do Conselho, de 25 de julho de 1996, que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

em circulação na Comunidade [COM(2013)195] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) começou por agradecer a presença da Sra. Deputada Carina Oliveira (PSD), que elaborou o relatório na Comissão de Economia e Obras Públicas, que aceitou em estar presente nesta reunião para contribuir para o debate sobre esta iniciativa. De seguida informou que as preocupações que manifesta no seu parecer são partilhadas também pelo Governo e pelo sector, mas que considerou oportuno realçar as críticas feitas, alterando o número 2 do parecer, tendo procedido à leitura do novo texto.

A Sra. Deputada Carina Oliveira (PSD) fez um breve enquadramento do que está em causa na proposta de diretiva, referindo que estes transportes já exigem licenças próprias e que, em geral, esta proposta tem aspetos muito positivos. Contudo, a limitação de fronteiras surge, em especial, para os países periféricos como um problema, pois dificulta o tráfego dos “eurocamiões”, que são fundamentais para o transporte de mercadorias sobretudo tendo em atenção que as limitações da rede ferroviária.

O Sr. Presidente da Comissão recordou o debate ocorrido na última reunião e suscitou a questão de poder ser considerada ou não a violação do princípio da subsidiariedade.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) tomou a palavra para refletir sobre a utilidade da invocação da violação do princípio da subsidiariedade apenas por um Parlamento nacional, considerando que o parecer fundamentado existe como reflexo de um ato coletivo dos Parlamentos, mas que não tem impacto enquanto ato isolado.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) considerou que não existe violação do princípio da subsidiariedade, mas sim do princípio da proporcionalidade atendendo à inadequação do critério. Acrescentou, que considera existirem sérias dificuldades no diálogo com os outros Parlamentos, o que dificulta a obtenção dos atos coletivos como referiu o Sr. Deputado Alberto Costa.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) agradeceu os contributos e os comentários apresentados, tendo referido que estrategicamente não considerou que fosse uma abordagem positiva encetar o caminho da violação do princípio da subsidiariedade.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) agradeceu o trabalho dos dois Deputados: relatora e autor do parecer. Concordou com as alterações propostas ao parecer final e concordou ainda com a opção de não ser referida a eventual violação do princípio da subsidiariedade, mas considerou que deveria existir uma referência mais concreta à possível violação do princípio da proporcionalidade.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) tomou a palavra para subscrever os comentários dos Srs. Deputados Alberto Costa (PS) e Pedro Silva Pereira (PS), realçando que os Parlamentos nacionais devem pronunciar-se e aproveitar as oportunidades para criticar construtivamente as opções tomadas pelas instituições europeias e não limitar a crítica ao mero obstáculo. Concluiu congratulando os dois Deputados pelo seu trabalho.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) subscreveu a sugestão de referir a violação do princípio da subsidiariedade, pois numa Europa em que a maior parte dos Estados tem várias fronteiras e poucos têm uma fronteira, escolher o segundo critério é inadequado e discriminatório.

A Sra. Deputada Carina Oliveira (PSD) solicitou a palavra para realçar o impacto que esta medida pode ter ao nível da concorrência entre Estados.

Não existindo mais inscrições, o Sr. Presidente submeteu o parecer a votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

b) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa a uma posição da União Europeia no que respeita ao Regulamento Interno do Comité APE, do Comité de Cooperação Aduaneira e do Comité conjunto de desenvolvimento previstos no Acordo Provisório que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral, por um lado, e a



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro [COM(2013)86] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) apresentou sucintamente o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

c) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Protocolo que altera o Acordo sobre Contratos Públicos [COM(2013)143] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

d) PACOTE DA SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DO MERCADO: Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à fiscalização do mercado de produtos e que altera as Diretivas 89/686/CEE, 93/15/CEE, 94/9/CE, 94/25/CE, 95/16/CE, 97/23/CE, 1999/5/CE, 2000/9/CE, 2000/14/CE, 2001/95/CE, 2004/108/CE, 2006/42/CE, 2006/95/CE, 2007/23/CE, 2008/57/CE, 2009/48/CE, 2009/105/CE, 2009/142/CE e 2010/65/UE do Conselho, e os Regulamentos (UE) n.º 305/2011, (CE) n.º 764/2008 e (CE) n.º 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)75] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) apresentou o seu parecer, tendo salientado alguns aspetos da iniciativa. O parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

#### **4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação e a Formação Policial (Europol) e que revoga as Decisões 2009/371/JAI e



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

2005/681/JAI [COM(2013)173] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Jacinto Serrão.

b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à promoção da livre circulação dos cidadãos e das empresas através da simplificação da aceitação de certos documentos públicos na União Europeia e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 [COM(2013)228] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado João Lobo.

c) LIVRO VERDE - Preparação para um mundo audiovisual plenamente convergente: crescimento, criação e valores [COM(2013)231]

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Duarte Marques.

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Painel da Justiça na UE: Um instrumento para promover uma justiça efetiva e o crescimento económico [COM(2013)160]

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Alberto Costa.



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

### **ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL**

e) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a aceitação da alteração dos artigos 25.º e 26.º da Convenção relativa à Proteção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiras e dos Lagos Internacionais [COM(2013)239]

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer, a Sra. Deputada Lúdia Bulcão.

#### **5. Apreciação e votação da Ata n.º 117/XII relativa à reunião de 4 de junho de 2013.**

O Sr. Presidente submeteu a votação a Ata n.º 117/XII relativa à reunião de 4 de junho de 2013, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

A reunião foi encerrada às 19:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de junho de 2013.

**O PRESIDENTE**

**(PAULO MOTA PINTO)**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 119/XII/ 2.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
António Rodrigues  
Carlos São Martinho  
Gabriel Côrte-Real Goucha  
João Lobo  
João Serpa Oliva  
Maria Helena André  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Mota Pinto  
Pedro Silva Pereira  
Vitalino Canas  
Carina Oliveira  
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Gameiro  
Carlos Costa Neves  
Catarina Martins  
Rui Barreto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Marques  
Honório Novo  
Jacinto Serrão  
Sérgio Azevedo